

O PROCESSO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DE SUBALTERNIZAÇÃO FEMININA: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Carolina da Silva Santos

*Mestra pelo programa de pós-graduação em Geografia: na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ, São Gonçalo, RJ, Brasil.
carolinasantos90@gmail.com*

Gabriel Siqueira Corrêa

*Professor Adjunto vinculado ao Programa de pós graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ, São Gonçalo, RJ, Brasil.
gabrielgeo@gmail.com.br*

Simpósio Temático n° 08 – Combinaram Nos Matar, Mas Nos Combinamos Não Morrer: Trocas De Saberes Resistentes

RESUMO

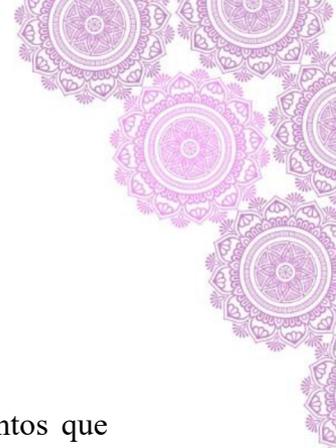
Esta pesquisa buscou uma reflexão sobre o feminismo e a violência de gênero, tendo como objetivo expor um debate sobre o tema. Como metodologia foi feito um levantamento histórico-geográfico sobre as formas de violências enfrentadas pelos corpos de mulheres, que se refletem em múltiplas violências como as emocionais, físicas e simbólicas que são complexificadas na conjuntura da Pandemia do Vírus da COVID-19, além de uma breve relato de suas lutas. Como resultado, foi apresentado uma sistematização histórica da opressão e violência que os corpos de mulheres sofreram – e ainda sofrem - numa sociedade que vive uma violência de classe, generificada e racializada.

Palavras-chave: Violência de gênero; Subalternização; Interseccionalidade; Covid-19

ABSTRAT

This research seek to reflect on feminism and gender violence, with the aim of exposing a debate on the topic. As a methodology, a historical-geographic survey was found on the forms of violence faced by women's bodies, which is reflected in multiple types of violence such as emotional, physical and symbolic that become complex in the context of the COVID-19 Virus Pandemic, in addition to a tale of their struggles. As a result, a historical systematization of oppression and violence has been presented to the bodies of women who are sophisticated – and yet – a society experiencing class, gender and racialized violence.

Keywords: Gender violence; Subalternization; Intersectionality; Covid-19



INTRODUÇÃO

A história contemporânea pode ser caracterizada pelos diferentes eventos que potencializaram a reorganização dos poderes sociais e políticos para o controle sobre corpos. Isso implica dizer que em diferentes temporalidades e espacialidades, distintas formas de violência afetaram homens e mulheres da classe trabalhadora, corpos negros e brancos pobres, povos indígenas e do campo, além dos africanos e africanas escravizadas. Não sendo possível traçar uma linearidade ou uma sequência desses processos.

Cada corpo carrega em si marcas desses processos e, por este motivo, a tentativa nesse artigo é realizar um breve levantamento que auxilie na melhor visualização e compreensão de fatos que influenciaram as mudanças e percursos que colocam a mulher em lugar de violência sobre a dominação masculina.

Como metodologia, traçamos um panorama histórico-geográfico sobre as lutas e formas de violências enfrentadas pelos corpos de mulheres. Para isso, abordamos violências emocionais, físicas e simbólicas que são complexificadas na conjuntura da COVID-19. Como base teórica foi realizado um levantamento histórico de opressão e subalternização debatido por Federici (2017), as reflexões feitas a interseccionalidades trazidas por Davis (2017), Gonzalez (2011), a domesticação e doutrinação dos corpos por Foucault (1987), as formas de violência de gênero por Saffioti (1995), Bourdieu (1989) quando fala sobre a violência simbólica, além de outras autoras e autores.

Como resultado, foi apresentado uma sistematização histórica da opressão e violência que os corpos de mulheres sofreram – e ainda sofrem - numa sociedade que vive uma violência de classe, generificada e racializada.

DESENVOLVIMENTO

O recorte exposto aqui é apenas um dos exemplos históricos de formas de controle do corpo feminino, afinal, as mulheres passaram por diferentes fases de subjetificação social que tinham como interesse sua submissão. Fases essas que variaram de acordo como a temporalidade ou espacialidade em que elas se

encontravam. Dessa forma, convém reforçar que os processos de violência contra mulher ocorreram de forma diferenciadas com mulheres brancas, negras e indígenas.

Lugones (2011) é uma referência nas discussões sobre os corpos femininos explorados e maltratados durante o processo descolonização que ocorreu na América Latina. Segundo a autora, durante a colonização os corpos eram classificados e divididos de acordo com sua origem, raça e gênero. Nesse processo, eram identificados como humanos ou não humanos, em um modelo de civilidade e controle social que se dividia também entre europeus e não europeus. Incluem-se, nessa perspectiva, violências com diferentes graus de intensidade, frequentemente mais agressivas com mulheres não brancas -- como as negras e indígenas - que nessa perspectiva eram vistas em um estágio inferior da humanidade, e até mesmo fora dela.

A partir da ordem eurocêntrica, machista, classista, racista e heteronormativa, Lugones (2011) traz o conceito de uma colonialidade de gênero, na qual, as mulheres são subalternizadas. Para ela, as brancas são vistas apenas como reprodutoras da raça “hegemônica” e difusoras do capital, enquanto as negras e indígenas eram tidas como não humanas, inferiores, passando, portanto, por múltiplas formas de violências (sejam físicas, sexuais ou psicológicas). Trata-se de um controle sobre os corpos que passa pela subjetividade, pelo controle social, político e econômico.

O padrão de civilidade associado a uma perspectiva de gênero organizou e controlou comportamentos, condutas, definindo regras e normas decididas pelo gênero masculino, branco, europeu, pautados por uma ideia social de superioridade do ocidental (colonizado) e o não ocidental (colonizados).

Vale trazer para essa reflexão, as contribuições de Federici (2017) que apresenta os processos de subalternização do corpo feminino, no decorrer das transformações do espaço europeu. A autora demonstra como a misoginia foi concretizada no período de caça às bruxas, essencial para o domínio, manipulação e desvalorização da mulher naquele contexto temporal e geográfico. Entre as estratégias indicadas pela autora estão o enfraquecimento das relações sociais construídas entre as mulheres, a subordinação feminina, e a desvalorização dos seus saberes.

Já Safiotti (2015) produziu um estudo sobre a mulher na sociedade de classes, demonstrando que as estruturas de dominação também estão baseadas nas questões de sexo. Para reafirmar e manter o capitalismo, a mulher foi colocada em uma situação de

marginalização. Inventar e naturalizar uma inferioridade era uma forma de criar desigualdades baseadas apenas na condição biológica de ser mulher.

Em outra perspectiva que contribui para o debate, Lugones (2011) fala sobre uma resistência, em uma condição de ferramenta inicial de luta. Em um embate sobre as múltiplas formas de opressão que são alicerce de privilégios, se faz importante uma busca de descolonizar-se, desconstruir-se, individualmente e coletivamente, em diversas perspectivas de análise para compreendermos nosso corpo nessa sociedade de classe e, assim, partindo dessa resistência, lutar contra os padrões e opressões.

A luta pelo território e espaço feminino no Brasil e no mundo é algo que vem de muitos anos, resultado de resistência e militância. Sarti (2004) expõe a história do feminismo no Brasil e consegue fazer um importante levantamento sobre os caminhos conflituosos trilhados pelos movimentos de mulheres neste período. Evidencia, também, no que se refere ao contexto brasileiro, o ativismo da luta das mulheres por direitos. As ondas internacionais tiveram uma grande influência na militância brasileira, a partir da década de 70 do século XX, unindo-se a diversos outros grupos políticos na luta por direitos, modificando-se e tendo diversas divergências no contexto nacional nos períodos amargos da ditadura e da democratização a partir dos anos 1980 e 1990.

Enfrentando preconceitos e passando por diversas mudanças em sua estrutura de militância, com o golpe militar de 1964, diversos movimentos (como o movimento feminista) não tiveram mais liberdade de se manifestar, tendo que atuar de forma mais velada e sofrendo forte repressão.

Ainda assim, ganhava espaço nas lutas por direitos o ativismo feminino, mostrando-se mais crítico e com novas propostas e desafios, além de reunir grupos de mulheres de diferentes classes sociais. Assim, o movimento feminista do século XX reforça a luta pela liberdade política e sexual. Uma agenda de luta contra toda uma sociedade conservadora e desigual questionando a dominação do homem, afirmando o direito ao divórcio e mais acesso e melhorias na educação.

Sarti (2004) explica que nesse momento histórico de levante a participação política das mulheres ecoava sons de resistência nas ruas, marcava pontos e delimitava novos territórios, dando luz à mulher no cenário de luta por direitos e batendo de frente com as relações de poder estruturais, sociais e culturais.

O fim da ditadura deu novas possibilidades de mobilização, com um caráter mais reivindicatório, tendo apoio internacional que auxiliava na pressão feita sobre o

Estado para criação de políticas públicas, estabelecendo vínculos com as organizações não governamentais feministas. Com isso as lutas tiveram grandes conquistas. Uma delas foi em 1985, quando as primeiras delegacias para as mulheres foram criadas, mostrando que existe um problema social que não deve ser mais invisibilizado, mas sim denunciado.

Com novos espaços específicos sendo criados nos quais o Estado se abre para atender demandas específicas das mulheres. Ainda que a eficácia desses espaços seja questionável, esse evento torna-se importante porque destaca a relevância dada por muitos grupos do movimento feministas tanto à criação de instâncias próprias na estrutura administrativa do Estado, quanto ao estabelecimento de espaços físicos que acolham essas novas instâncias.

As pautas feministas vão se avolumando e ganhando mais força, tematizando os direitos reprodutivos e o combate à violência contra a mulher, por exemplo. A esfera política após a ditadura fica mais acessível aos movimentos sociais e movimentos feministas.

Percebemos, assim, que após a ditadura o feminismo foi se adentrando na esfera política e conquistando aos poucos seu espaço em órgãos públicos importantes. Através da chamada Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte, as demandas feministas foram apresentadas à sociedade civil, introduzindo as mulheres dentro do Congresso Nacional, para suas respectivas reivindicações de direitos mais igualitários – neste período se reconheceu o movimento feminista como o movimento da sociedade civil que mais conquistou vitórias. (OLIVEIRA e CASSAB, 2014. p.5).

Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1975, declara aquele ano como o Ano Internacional das Mulheres, contribuindo para o fortalecimento dos movimentos feministas ao reconhecer que a situação da mulher é um problema social. Auxiliou, assim, a expansão dos movimentos de mulheres que, em suas articulações vindas de camadas médias e se vinculando com outras frentes populares, começavam a se caracterizar como movimentos interclasse e a expandir suas redes de atuação. Com isso também reforçava a relação das mulheres com os movimentos sociais, no qual, ao buscar melhorias no bairro saíam de suas residências adentrando um ambiente político, criando novas articulações nesses espaços.

Com o decorrer do tempo, outras conquistas foram ocorrendo, como a instituição da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, vinculada à

Justiça em 2002, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e 2003, tendo como função a articulação de políticas públicas para mulheres que atendam aos interesses e/ou necessidades das mulheres brasileiras. (OLIVEIRA e CASSAB, 2014, p.6).

Por sua vez, Silva (2000), nos mostra que as demandas das mulheres brasileiras nesse período do “início” do ativismo feminino vinham contra os altos custos de vida, a favor da inserção no mercado de trabalho (consequentemente atrelada a políticas públicas específicas, como a construção e manutenção de creches) e a questões salariais. Essas pautas as faziam caminhar lentamente por um espaço político.

Silva (2000) nos apresenta que os diversos grupos de movimentos feministas no Brasil vêm trabalhando sobre diferentes pontos e abordagens sem constituírem, portanto, um movimento homogêneo. Houve distintos processos de mudança, hierarquização e institucionalização em meio às organizações do movimento, como o ocorrido por meio do grande crescimento das ONGs feministas.

Atualmente, as reivindicações dos movimentos feministas abarcam também o combate à violência no espaço doméstico (tanto física quanto psicológica), ao abuso e exploração sexual e à condição precária vivenciada ainda por muitas mulheres em países conservadores. Todavia, é importante assinalar que muitos aspectos da luta feminista inicial continuam, como a luta pelo direito ao aborto, ainda ilegal em muitos lugares (como é na realidade brasileira), e o salário que, em muitos países, ainda é inferior ao dos homens. (SEPULVEDA, 2012. p. 200).

Os movimentos são constituídos por pessoas plurais que trazem consigo experiências diversas e que estão em constante transformação, processos que as modificam e as organizam enquanto coletivos ao redor de objetivos particulares ou públicos — mas também as afastam. Essas articulações, com seus espaços específicos, estimulam a configuração de novos sujeitos políticos que, por sua vez, também enfrentam situações cujas origens externas aos grupos acabam por influenciar as rotinas do movimento.

Envolta nessas análises, as espacialidades e a organização dos movimentos de mulheres e suas trajetórias são importantes, pois acompanharam as lutas feministas. Silva (2000) cita em seu artigo que, para o sociólogo italiano Alberto Melucci

Estes movimentos são uma forma de ação coletiva baseada na solidariedade, que se diferenciam de outros tipos de ação coletiva porque desenvolvem um conflito, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Segundo

Santos (1996) os movimentos sociais identificam novas formas de opressão que extrapolam as relações de produção e atingem grupos sociais transclassistas ou a sociedade, advogando um novo paradigma social. (MELUCCI, 1989 apud SILVA, 2000, P.3).

Muitas conferências e encontros foram realizados em prol de eliminar e minimizar a violência contra mulher, tanto com caráter nacional quanto internacional. É importante perceber que todos esses resultados são provenientes de muita luta e organização, pois tais conquistas são construídas por meio de muita pressão social organizada. Assim, se percebe a influência que os movimentos sociais —e nesse caso o movimento de mulheres— conseguem ao se unir, organizando e conquistando muitas coisas.

Porém, uma das principais agendas feministas é a que combate a violência histórica sobre seus corpos. Isso pode ser destacado já durante a luta e resistência de mulheres negras contra a escravidão e a dominação masculina. Este é um marco que pode ser posto em diálogo com a questão do debate interseccional entre gênero, classe e raça.

Isso também é exposto por hooks (2019), quando a autora fala sobre a questão da sororidade, sem a qual não existe maneira de se libertar das dominações do sistema capitalista. Assim, também é importante ressaltar que se trata de uma violência sexista, uma violência patriarcal que está envolta nas relações de poder que, neste caso, reforçam o poder de homens contra mulheres.

A violência patriarcal em casa é baseada na crença de que é aceitável que um indivíduo mais poderoso controle outros por meio de várias formas de força coercitiva. Essa definição entendida de violência doméstica inclui a violência de homens contra mulheres, a violência em relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo e a violência de adultos contra crianças. O termo “ violência patriarcal” é útil porque, mais comum, ele constantemente lembra o ouvinte que violência no lar está ligada ao sexismo e ao pensamento sexista, à dominação masculina (hooks, 2019, p. 95-96).

Portanto, não existe libertação sexista sem que se tenham esses debates alinhados. Esse elemento ressalta a importância de se compreender que homens e mulheres estão sendo, de formas diferenciadas, socializados nesse sistema opressor, indicando seus papéis na sociedade. Vale destacar, que a violência patriarcal agride também, mulheres e homens trans, homossexuais, bissexuais, lésbicas entre diversas e

múltiplas sexualidades, identidades e gêneros, por é essencial as pesquisa alinhadas no debate interseccional.

Saffioti (1995) explica que a violência de gênero é o conceito que abrange mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. E que os homens tem “autorização” da sociedade patriarcal de punir, estando dentro de um do projeto de dominação-exploração, que usa da violência para garantir a obediência das vítimas.

A violência de gênero que as mulheres sofrem é uma estratégia hegemônica organizada socialmente como uma violência "invisível" posto que é naturalizada nas relações sociais, que pode ser entendida a partir de Bourdieu (1989) como violência simbólica. Sobre a dominação masculina, ainda, Bourdieu (2002) debate a partir do processo de naturalização das estruturas cognitivas de dominação. Para o autor, a ordem masculina se dá a partir de operações e rituais de exclusão das mulheres - e do feminino.

Tem-se ainda a a reflexão trazida por Gonzalez (1988b, 2011) uma das percussoras do debate da interseccionalidade no Brasil. Para ela as mulheres negras e indígenas trazem em seus corpos marcas profundas de opressão e violência. São as provas vivas da exclusão quando se busca evidenciar a situação da mulher no continente americano. A questão da mulher latino-americana tem uma amplitude principalmente por ter corpos não brancos que sofrem diversos tipos de violência que são potencializadas pela raça.

A ideologia do branqueamento e da branquitude, embrenhada pelo racismo, coloca os corpos negros e indígenas em sistema de inferiorização e subordinação das classes mais exploradas e subalternizadas. Esse modelo é perpassado pelo meio social e cultural: “Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos sistemas ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais” (GONZALEZ, 2011, p.15).

Em Davis (2016), que traz uma reflexão a partir do contexto estadunidense, o corpo é alvo de diversas violências, principalmente na escravidão, e eram variadas as formas como isso ocorria. Assim, para desumanizar as mulheres negras ocorriam torturas, humilhações, encarceramento, separação das famílias entre outras violências, todas vinculadas estreitamente com o regime escravista, além do estupro, que era algo corriqueiro, sendo, por exemplo, no contexto brasileiro, um dos processos que resultaram na mestiçagem.

Este debate reforça a importância do debate da interseccionalidade de gênero e raça em relação à violência letal sobre a mulher negra, como abordado por Davis (2016, 2017)

Portanto, o esforço aqui é pensar sobre os corpos de mulheres e suas vidas em diferentes vivências espaciais. Estes que no debate de gênero são marcados pela violência que as tornam estatísticas nos dados da violência contra mulher, mas também corpos políticos marcados pelas suas lutas. Para Butler:

(...) quando corpos se unem como o fazem para expressar sua indignação e para representar sua existência plural no espaço público, eles também estão fazendo exigências mais abrangentes: estão reivindicando reconhecimento e valorização, estão exercitando o direito de aparecer, de exercitar a liberdade, e estão reivindicando uma vida que possa ser vivida (BUTLER.2019, p.33).

Usa-se esse olhar elaborado por Butler (2019) e trabalhado por Silva (2009) na perspectiva que assume o debate de violência contra mulher como uma expressão de visibilidade, mas também de existência.

Em sua materialidade o corpo vivencia múltiplas violências que são investidas sobre si, por sua representação social. Com isso, existem diversas características que, como Louro (2004) apresenta, marcam as opressões e violências que vão ser enfrentadas pelo mesmo na sociedade e que são baseadas em padrões culturais que definem papéis de subalternização de diferentes corpos.

Este, portanto, é socializado em padrões de gênero na sua vivência social, cultural, emocional e política, sendo domesticado e docilizado. Foucault (1987) aborda os aparelhos que docilizam os corpos a partir da disciplinarização. O autor expõe como esses mecanismos introduzem no cotidiano funções, obrigações e ações que seguem regras normatizadoras. Uma forma de adestramento social, econômico e político, para manutenção do sistema em forma de produzir e obedecer sem questionar e trabalhar para gerar lucro. Isso acontece nas formas de agir, falar, se comportar, onde andar, funções na família, na casa, na cama, comportamento com as filhas e os filhos, amigas e amigos e no trabalho. Um molde social cotidianamente feito para controle e domínio do corpo da mulher, assim como do homem, de forma a manter um modelo de família patriarcal, dentro de um sistema econômico.

A domesticação dos corpos organizados pelo gênero é visualizada desde os primeiros momentos de vida do ser humano, e caminha ao longo de sua vida, na escola,

núcleo familiar entre outros espaços e círculos sociais. Nessa perspectiva o corpo, como apresentado por Santos & Santos, “(...) é marcado pela cultura e se efetiva como uma construção material e imaterial de uma sociedade. O corpo é efetivamente uma forma de expressão e se constitui em um meio com o qual dialogamos com a sociedade.” (2017, p.178)

O resgate de toda essa trajetória do movimento feminista é importante para que seja possível compreender o contexto em que se configuram diversos processos que não constituem de forma alguma uma linearidade ou um roteiro. São décadas de resistência, pautas que vão se constituindo e se organizando ao longo dos anos, grupos que se unem e se desfazem e se re-organizam.

Com os impactos recentes em razão da pandemia de COVID-19, adotou-se a parti do ano de 2020, medidas de isolamento/distanciamento social e a quarentena. Essa situação se manteve mais de um ano depois, com um crescimento acelerado de casos de contágios e mortes pela doença, que só passaria a diminuir nos últimos meses do ano de 2021, com os avanços da vacinação. Uma consideração importante, pensando o contexto vivido em 2020 foi indicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em abril do mesmo ano, ao alertar que no lar, lugar que mulheres e meninas deveriam estar mais seguras, tem se visto o aumento de forma devastadora de abusos e de violências.

Destaca-se, nessa situação que o acesso aos espaços de proteção e apoio ficaram mais difíceis. Afinal, além de comprometer a mobilidade e circulação das mulheres, também provocam diversas questões e tensionamentos em torno das situações de violência e o deslocamento das mulheres pela cidade. Existe, portanto, uma dificuldade enfrentada por mulheres em situação de violência no transitar pela cidade para acesso aos espaços de denúncia, cuidados e acolhimento.

As mulheres são as mais impactadas nesse processo, pois, embora os efeitos sejam devastadores em diferentes níveis sociais, há certas especificidades que demonstram que as consequências são diferentes, conforme classe social, raça e gênero:

Nesse cenário de fragilidade, materializam-se os efeitos da Covid-19, por exemplo, quando optamos pelo isolamento social em casa. Opção que vem revelando desafios, sobretudo para as mulheres e que tem pressionado as políticas públicas envolvidas no enfrentamento à violência contra as mulheres. Além da violência que aumenta com a quarentena, o fato das pessoas estarem em casa escancara a desigual economia do cuidado, em que a responsabilidade e sobrecarga do trabalho doméstico e dos cuidados com doentes, criança e idosos são das mulheres. Assim, “a pandemia tem gênero”,

como recentemente afirmou a antropóloga Débora Diniz em entrevista publicado na Folha de São Paulo no dia 6/04/2020. Nessa entrevista, Débora Diniz também comenta sobre o fato de que as mulheres perderam “um elo fundamental para a sobrevivência: a conexão com outras mulheres”. (BEVILACQUA, 2020, p. 2)

As mulheres, devido a esse contexto, são triplamente violentadas, pela possibilidade de contágio e disseminação que pode ser letal, pelas violências dentro do espaço de convívio familiar e nas dificuldades de acesso e mobilidade a espaços de proteção e apoio à mulher. Para muitas dessas mulheres as medidas de “isolamento social” têm agravado as situações de violência. Em outros casos, o confinamento potencializa as agressões, devido a situações novas de tensões, angústias e ansiedades.

A pandemia tem desencadeado alterações bruscas na vida das famílias e da sociedade em geral. Medidas de quarentena e restrições nos deslocamentos, necessárias para prevenir ou diminuir a taxa de transmissão da COVID-19, perturbam a rotina de modo geral, adicionando novos focos de tensionamento e estresse. As crianças, em geral, estão fora da rotina escolar/creche, com acesso restrito a atividades de grupo e esportes. Homens e mulheres estão em trabalho remoto ou impossibilitados de trabalhar, o que também implica em sobrecarga, desafios na conciliação de rotinas e exigências com a casa e com cuidados com crianças e outros membros da família. Sendo assim, é possível que as pessoas sintam preocupação recorrente sobre ser infectado, ficar doente, como garantir a subsistência, como encontrar novas opções de cuidados aos idosos e crianças, entre outras. É importante ressaltar que a pandemia atinge as famílias de forma desigual, dependendo de marcadores sociais como gênero, cor da pele, etnia, faixa etária, renda e estrato social. (FIOCRUZ, 2020, p. 2)

Acima, observa-se uma série de situações em que se potencializam as formas de violência. Diante dessa reflexão, destaca-se a importância da participação de mulheres na elaboração de políticas públicas municipais que se tornam palco de luta e militância política. Assim, é possível contribuir com questões que envolvam: as políticas de segurança, o acesso a serviços públicos, a mobilidade urbana, a iluminação pública entre outros.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve o intuito de auxiliar na compreensão do debate sobre a violência contra mulheres. Para tanto, buscou-se um breve debate que dialogasse sobre o corpo, seus significados e percepções para compreender tanto a manutenção da desigualdade,

quanto o momento no qual essas desigualdades se aprofundam no meio social. Avançando sobre o histórico desses processos e o contexto atual social.

Propomos apresentar e problematizar alguns aspectos com foco na mulher, pensando especialmente as violências sofridas por elas em diferentes espacialidades e temporalidades. O artigo se alinha em uma reflexão interseccional, na busca de identificar as multiplicidades que cada corpo carrega, e defender direitos iguais, além da libertação das opressões que são produzidas pela sociedade patriarcal e ancorada pelo sistema cultural em seu meio social. É importante que sejam alteradas as perspectivas e as formas de analisar a sociedade, para evidenciar e desconstruir os sistemas que dominam e colaboram para a percepção de tipos de violência direta ou indiretamente.

REFERÊNCIAS

BEVILACQUA, Paula Dias. Mulheres, violência e pandemia de novo coronavírus. Agência Fiocruz. 2020. Acesso: 11 de setembro de 2021. Disponível em <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41000/2/Mulheres%2e%20viol%C3%Aancia%2e%20pandemia%20de%20novo%20coronav%C3%ADrus.pdf>>

BOURDIEU, P. **A Dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 2002.
_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembléia**/Judith Butler; tradução Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica Carla Rodrigues. – 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

DAVIS, A. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2017.
_____. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUGONES, M. **Hacia** de junho de 1993. Disponível: <https://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**/ Silvia Federici. Tradução ColetivoSycorax. São Paulo: Elefante, 2017

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, N°. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.
_____. Por um feminismo Afro-Latino-Americano. Caderno de formação política do Círculo. Palmarino N° 1 . 2011

hooks, b. 1952 - O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras/ bellhooks; tradução Ana Luiza libânio - 4º ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho** – ensaios sobre sexualidades e teoria queer/ Guacira Lopes Louro. – Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis. Vozes. 1987. 288p.

SAFFIOTI, H. I. B; ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004.

SANTOS, R. A; SANTOS, L. C. T. Gênero e Corporeidade. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 1, p. 177-193, 2017. ISSN 21772886.

SEPULVEDA, D. **Emancipação social e exclusão no cotidiano escolar**: a homofobia e sua influência nas tessituras identitárias. Tese (Doutorado em Educação). RJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades / organizadora Joseli Maria Silva. -- Ponta Grossa, PR : TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, S. V. **Os estudos de Gênero no Brasil**: Algumas Considerações. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, n. 262, nov. 2000.